

## FINANCIAMENTO PÚBLICO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO RIO GRANDE DO SUL:

Análise dos dados da PINTEC/IBGE (2003-2008)

Andreia Augusta dos Santos Raupp (Ciências Sociais; Bolsista IC)

Marilis Lemos de Almeida (Departamento de Sociologia/UFRGS; Orientadora)

Este estudo se propõe a analisar quais são as modalidades de financiamento público à inovação tecnológica disponíveis às empresas gaúchas, e em que extensão vem sendo utilizadas. O aprimoramento e o grau de novidade dos produtos e serviços constituem fatores primordiais à inserção e à manutenção das empresas no mercado nacional e internacional, contudo, o elevado risco e custo envolvido na geração de inovação tornam a oferta de financiamento público imprescindível. Nesse sentido, o governo é um ator importante da produção de inovação e do desenvolvimento. Para atingirmos os objetivos desta pesquisa analisamos os dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica da Indústria (PINTEC/IBGE) dos anos de 2003, 2005 e 2008, no Rio Grande do Sul e no Brasil; e os documentos disponibilizados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Os primeiros resultados apontam que a maior parte das empresas nacionais utiliza recursos próprios para inovação (88% em 2008), restando pequena parcela a financiamentos de terceiros (12% em 2008), destes financiamentos, 1% (em 2008) refere-se ao setor público enquanto 11% (em 2008) à iniciativa privada, a despeito da maior oferta de recursos no primeiro, e do alto custo financeiro envolvido no segundo. Ainda sobre os dados analisados, verificamos que o setor com maior número de empresas (98%) inovadoras em produto e/ou processo, segundo a PINTEC/2008, foi o de pesquisa e desenvolvimento, seguido pelo subsetor de fabricação de automóveis, caminhonetas e utilitários, caminhões e ônibus (83%). Portanto, a partir das informações obtidas, aprofundaremos o estudo sobre a inovação tecnológica com a finalidade de localizarmos quais são os ramos de atividade que têm apresentado maior grau de inovação no Rio Grande do Sul, os tipos de financiamento utilizados, e quais as modalidades ofertadas pelo governo no âmbito federal e estadual.